



DESPACHO

AO SETOR DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL.
Prefeitura Municipal de Itarana/ES.

Referência: Processo Requerimento nº 002541/2025, de 22 de maio de 2025.

Origem: Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES.

Assunto: Respostas quanto aos questionamentos das empresas Unicar Locações e COOPERTRAN.

Prezado(a),

Considerando as indagações geradas pelas empresas Unicar Locações e COOPERTRAN quanto algumas cláusulas constantes no Edital do processo licitatório para a locação de veículos do tipo minivan, sem motorista.

Breve o exposto, utilizo do presente para sanar tais indagações para que assim, possa ser dado andamento com os demais trâmites do processo licitatório.

Vejamos:

UNICAR LOCAÇÕES

1) Omissão quanto ao ressarcimento de multas de trânsito.

Verificamos que o edital foi omissivo quanto à responsabilidade pelo pagamento e ressarcimento das multas de trânsito que eventualmente venham a ser cometidas pelos motoristas da Contratante durante a execução contratual. Dessa forma, solicitamos esclarecimento quanto ao procedimento que será adotado para as situações em que ocorrerem infrações de trânsito praticadas pelos condutores da Contratante, especialmente no que se refere à responsabilidade pelo pagamento e à forma de ressarcimento à Contratada, caso esta venha a arcar inicialmente com tais valores.

R.: Caracterizada a infração de trânsito cometida por um de nossos servidores motoristas, os passos a seguirmos quanto ao pagamento e ressarcimento dos valores serão os seguintes:

- I. A empresa Contratada arcará com o pagamento imediato da multa;
- II. A empresa Contratada cobrará o valor da multa ao Município, através de um pedido de ressarcimento financeiro. Caberá a contratada protocolar o pedido em papel timbrado, o qual deve conter o valor da multa, dados bancários da empresa, identificação do veículo, dia, hora e localidade da multa, anexando ainda, cópia da multa, comprovante de pagamento e suas regularidades fiscais, conforme previsto em Contrato;



III. Após a solicitação protocolada, o Município tramitará o processo de ressarcimento à empresa e prosseguirá com o posterior desconto na folha salarial do motorista infrator.

2) Avarias nos veículos.

O Termo de Referência também não apresenta informações claras sobre o procedimento de ressarcimento por danos ou avarias causados pelo mau uso dos veículos por parte dos motoristas da Contratante, notadamente nos casos em que tais danos não estejam cobertos pelo seguro. Solicitamos esclarecimentos quanto:

a) À forma de reembolso à Contratada pelos prejuízos decorrentes de pequenos danos ou avarias nos veículos causados por uso inadequado por parte dos condutores da Contratante;

R.: Cientes da responsabilidade e zelo dos nossos servidores motoristas para com os veículos desta Secretaria de Saúde, e, tendo em vista que um dos principais intuitos do presente certame é a redução de gastos adicionais com frota veicular, esta Secretaria de Saúde e seus servidores motoristas ficarão isentos de quaisquer responsabilidades financeiras decorrentes de avarias constatadas nos veículos.

b) Ao procedimento a ser adotado nos casos de sinistros decorrentes de negligência, imprudência ou imperícia dos motoristas da Contratante, especialmente quanto à apuração da responsabilidade e ao ressarcimento dos prejuízos suportados pelas Contratadas.

R.: Conforme condições de seguro veicular exigidas no presente certame, o Município de Itarana/ES, através da Secretaria de Saúde, bem como seus respectivos motoristas ficarão isentos de quaisquer despendimentos com sinistros, ficando a Contratada responsável por arcar com possíveis despesas.

3) Qual será a quilometragem mensal? Contamos com o pronto esclarecimento das questões acima para que possamos apresentar proposta de forma segura e alinhada às exigências contratuais.

R.: Não há uma estimativa de quilometragem mensal por veículo, tanto que, optou-se pela contratação por DIÁRIA. Os veículos viajarão para diversos pontos de referência em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, dentre alguns, podemos destacar: Serra, Vitória, Vila Velha, Colatina, Guarapari.

COOPERTRAN

Sobre o histórico de atendimentos, pergunta-se:

a) Qual o histórico de km rodados mensalmente nos últimos 2 anos?



R.: Não há um controle delimitado de quantos quilômetros cada veículo e/ou toda a frota veicular da Secretaria de Saúde percorreu durante os 02 (dois) últimos anos.

b) O serviço será apenas no Município ou intermunicipal? Qual alíquota podemos usar, ISS ou ICMS?

R.: Os serviços serão prestados de forma intermunicipal, onde os veículos se deslocaram para os municípios referências nos atendimentos médicos no estado do Espírito Santo. Dentre alguns municípios podemos citar: Serra, Vila Velha, Vitória, Guarapari, entre outros.

Em caso de vitória no referido certame, a empresa licitante deverá entrar em contato com o Setor de Tributação para sanar as dúvidas quanto ao uso de alíquota, ISS ou ICMS para a futura emissão de notas fiscais.

2. Considerando a atividade do representante (preposto) da CONTRATADA, pergunta-se:

a) O preposto poderá atender a CONTRATANTE de forma remota?

R.: Sim! Na tratativa de formalidades, o preposto poderá atender a contratante de forma remota, contudo, vale enfatizar o cumprimento dos prazos estipulados para respostas, substituição de veículos quando necessário, disponibilidade e flexibilidade de horários do preposto para atendimento remoto.

b) Qual deverá ser o horário de trabalho do preposto?

R.: A contratante tem por horário fixo, 07hrs às 11hrs e 13hrs às 16hrs, porém, considerando que os motoristas transitam entre os municípios fora de tais horários, pode ocorrer a necessidade de um contato com o preposto antes das 07hrs, bem como, posterior às 16hrs.

c) Habitualmente, o preposto exerce muitas atividades fora do horário comercial?

R.: Sim!

d) Poderá a LICITANTE utilizar modelo padrão de uniforme?

R.: Não haverá necessidade, visto que a licitante somente entregará os veículos. Em tempo, informamos que os motoristas da Secretaria de Saúde, esses, condutores de tais veículos dispõem de uniformes de identificação.

e) Poderá o preposto cumular funções com a do cooperado?

R.: No contexto legal e contratual, não é recomendável.



3. Sobre os veículos, pergunta-se:

a) Será necessária placa vermelha nos veículos?

R.: Não é necessária a utilização de placas vermelhas. Os próprios veículos que agregam a atual frota veicular da Secretaria dispõem de placas comuns.

b) Poderá ser mobilizado veículos provisórios para prestação de serviço até que os veículos “definitivos” se encontrem em posição de operação? Se sim, quais especificações os provisórios poderão ter? Caso não seja esse o entendimento, como deverá ser tratado para sociedades cooperativas?

R.: Haja vista a necessidade desta Secretaria de Saúde, não serão aceitos veículos provisórios.

c) Entendemos que os veículos poderão ser abastecidos com qualquer tipo de combustível desde que respeitada cada linha de fabricação de acordo com a motorização. Estamos corretos em nosso entendimento? c.1) Caso não seja esse o entendimento, qual o entendimento correto?

R.: Sim, correto!

4. Haverá possibilidade de rescisão antecipada? a) Se sim, em quais hipóteses?

R.: Não!

5. Atualmente qual contratada atende a prestação de serviços em comento? Quais os valores são praticados na contratação atual?

R.: Atualmente a Secretaria de Saúde ainda não trabalha com tal formato de locação de veículos.

6. Entendemos que o combustível é por conta da contratante. Estamos corretos em nosso entendimento?

R.: Sim, correto!

7. A frota dos veículos deverá ser substituída? Com quanto tempo ou km rodado deverá acontecer essa substituição?

R.: Considerando que a Ata será por um prazo de 12 (doze) meses, não será necessário a substituição da frota, desde que não sejam detectadas avarias e/ou irregularidades que



impossibilitem os veículos de transitarem. É de grande relevância mencionar que a licitante deverá ter à disponibilidade pelo menos 02 (duas) oficinas para as manutenções preventivas e corretivas nos veículos, essas, conforme redigido no edital, responsabilidade da licitante.

8. Os veículos deverão ter rastreador? Se sim, quais as especificações?

R.: Não! No momento não há necessidade de rastreadores, contudo, é válido mencionar que a Secretaria de Saúde vem estudando um modelo de implementação de aplicativo de rastreio nos veículos, com isso, pode vir a surgir a necessidade de implementar tais ferramentas nos veículos. Caso necessário, a Contratante entrará em contato com a Licitante solicitando autorização para tal.

9. As lavagens e higienização dos veículos serão por conta da contratada ou contratante?

R.: A contratada deverá arcar com a lavagem e higienização, contudo, pelo bom senso e zelo para com os veículos, a contratante poderá disponibilizar ao menos uma lavagem e higienização por mês para cada veículo.

10. Qual a data prevista de vigência de contratação em comento? Poderá ser prorrogada?

R.: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), podendo ser prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, quando for o caso.

11. Na minuta de contrato informa no item 4.1 da quarta cláusula que a data final será em 31/12, porém não informa o ano. Por quanto meses será a contratação?

R.: A contratação dar-se-á por um período de 12 (doze) meses. Houve um equívoco quanto a digitação da cláusula em epígrafe, a qual será retificada.

12. Em caso de sinistro ou mau uso por parte da contratante, entendemos que as despesas e custos serão por parte da contratante. Estamos corretos em nosso entendimento? Se sim como será feito o pagamento das despesas?

R.: Cientes da responsabilidade e zelo dos nossos servidores motoristas para com os veículos desta Secretaria de Saúde, e, tendo em vista que um dos principais intuitos do presente certame é a redução de gastos adicionais com frota veicular, esta Secretaria de Saúde e seus servidores motoristas ficarão isentos de quaisquer responsabilidades financeiras decorrentes de avarias constatadas nos veículos.

13. Em caso de multas como iremos proceder, entendemos que como se trata de contrato de locação a contratante também irá assumir esses custos. Estamos corretos em nosso



entendimento?

R.: Caracterizada a infração de trânsito cometida por um de nossos servidores motoristas, os passos a seguirmos quanto ao pagamento e ressarcimento dos valores serão os seguintes:

- IV. A empresa Contratada arcará com o pagamento imediato da multa;
- V. A empresa Contratada cobrará o valor da multa ao Município, através de um pedido de ressarcimento financeiro. Caberá a contratada protocolar o pedido em papel timbrado, o qual deve conter o valor da multa, dados bancários da empresa, identificação do veículo, dia, hora e localidade da multa, anexando ainda, cópia da multa, comprovante de pagamento e suas regularidades fiscais, conforme previsto em Contrato;
- VI. Após a solicitação protocolada, o Município tramitará o processo de ressarcimento à empresa e prosseguirá com o posterior desconto na folha salarial do motorista infrator.

Itarana/ES, 22 de agosto de 2025.

Atenciosamente,

Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde de Itarana/ES